

Corredor Logística e Infraestrutura S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“CLI” ou “Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Aquisição da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”)

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.6 às demonstrações financeiras, no mês de novembro de 2022, a controlada da Companhia, CLI Sul S.A., adquiriu 80% das ações da empresa Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”), pelo montante de R\$1.524 milhões. Em 14 de novembro de 2023, a Companhia concluiu a alocação do montante pago, contabilização essa que exigiu o uso de estimativas subjetivas e alto grau de julgamento pela Administração com relação ao tratamento contábil, a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, a alocação do preço de compra, as divulgações das informações relacionadas a essa transação, bem como a adequação das políticas contábeis relevantes da empresa adquirida. Consequentemente, consideramos a mensuração, contabilização e divulgação dos efeitos da referida aquisição como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes adotados pela Administração da Companhia para identificação dos ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de compra e registro contábil da alocação do preço e divulgação.
- ii) Avaliação da integridade e exatidão dos modelos de cálculo preparados pela Administração da Companhia no processo de identificação e valorização de ativos e passivos.
- iii) Envolvimento de especialistas internos em técnicas de valorização na avaliação dos modelos desenvolvidos pela Companhia para determinar o valor do preço de compra final.
- iv) Avaliação da adequação das divulgações relacionadas à aquisição, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.6 às demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas ao processo de conclusão da alocação do preço de compra, endereçada dentro do exercício, bem como ajuste não realizado pela Companhia por ter sido considerado imaterial, que nos levaram a ampliar a extensão e a natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos aceitáveis a mensuração, contabilização e divulgação dos efeitos da referida aquisição no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e de suas controladas e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia e de suas controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e de suas controladas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1º de março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)			31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE						Passivo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	80.634	135.534	327.421	563.847	Fornecedores	13.1	4.417	4.547	21.336	24.533
Contas a Receber	4	3.543	13.291	27.811	36.071	Debêntures	17	16.679	12.162	50.477	35.612
Estoques	5	2.657	1.782	10.093	13.657	Obrigações trabalhistas	15	7.951	4.639	28.744	23.710
Tributos a recuperar	7	10.024	9.277	35.266	11.546	Obrigações tributárias	15	1.514	1.076	21.814	50.659
Partes relacionadas	6	31.150	1.266	17.371	12.723	Passivo de arrendamento	14	12.905	11.275	29.343	26.905
Outros créditos		1.584	2.698	5.014	6.821	Partes relacionadas	6	-	-	187.860	26.258
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		129.592	163.848	422.976	644.665	Dividendos a pagar	6	-	-	5.500	-
						Ações preferenciais resgatáveis e conversíveis	19	1.876	-	1.876	-
						Outras contas a pagar	13.2	7.210	11.299	22.298	48.917
						Total do Passivo Circulante		52.552	44.998	369.248	236.594
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	6	-	1.960	-	1.960	Debêntures	17	404.337	407.475	1.366.457	1.188.270
Estoques	5	-	-	5.445	-	Ações preferenciais resgatáveis e conversíveis	19	505.782	505.782	505.782	505.782
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	11.911	6.434	102.257	36.225	Passivo de arrendamento	14	81.256	78.163	163.613	158.065
Ativo indenizatório	2.6	-	-	57.613	66.189	Partes relacionadas	6	2.640	-	2.640	123.693
Depósitos judiciais	18	-	-	3.890	382	Provisão para riscos	18	-	-	60.917	69.396
Propriedades para investimentos	8	972	972	972	972	Outras contas a pagar	13.2	6.059	13.826	6.059	13.826
Investimentos	9	436.921	785.936	63	62	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.000.074	1.005.246	2.105.468	2.059.032
Imobilizado	11	3.164	1.535	55.393	65.162						
Direito de uso	10	72.038	72.068	164.521	166.237	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		1.052.626	1.050.244	2.474.716	2.295.626
Intangível	12	668.776	710.367	2.219.446	2.390.786	Patrimônio Líquido	20				
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.193.782	1.579.272	2.609.600	2.727.975	Capital Social		210.822	210.822	210.822	210.822
						Reservas de capital		93.031	473.031	93.031	473.031
						Reserva de Lucros		6.911	6.911	6.911	6.911
						Ajuste acumulado de conversão		100.445	100.445	100.445	100.445
						Prejuízos acumulados		(140.461)	(98.333)	(140.461)	(98.333)
								270.748	692.876	270.748	692.876
						Participação de Não Controladores		-	-	287.112	384.138
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		270.748	692.876	557.860	1.077.014
TOTAL ATIVO		1.323.374	1.743.120	3.032.576	3.372.640	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.323.374	1.743.120	3.032.576	3.372.640

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações apresentado em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Receita operacional líquida	23	201.890	177.687	873.067	215.756
Custo dos serviços prestados	24	(89.978)	(57.480)	(397.742)	(79.004)
Lucro Bruto		<u>111.912</u>	<u>120.207</u>	<u>475.325</u>	<u>136.752</u>
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	24	(39.711)	(60.497)	(127.466)	(75.104)
Resultado de equivalência patrimonial	9	37.167	(14.127)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	24	<u>343</u>	<u>829</u>	<u>(87.021)</u>	<u>(8.215)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>109.711</u>	<u>46.412</u>	<u>260.838</u>	<u>53.433</u>
Receitas Financeiras	25	15.455	3.516	75.473	8.722
Despesas Financeiras	25	(168.667)	(85.625)	(321.933)	(104.395)
Variações cambiais, líquidas	25	<u>(937)</u>	<u>10.931</u>	<u>(3.075)</u>	<u>10.931</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(154.149)</u>	<u>(71.178)</u>	<u>(249.535)</u>	<u>(84.742)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(44.438)</u>	<u>(24.766)</u>	<u>11.303</u>	<u>(31.309)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(3.168)	(5.856)	(92.985)	(9.278)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	<u>5.478</u>	<u>1.322</u>	<u>66.026</u>	<u>14.403</u>
Prejuízo do exercício		<u>(42.128)</u>	<u>(29.300)</u>	<u>(15.656)</u>	<u>(26.184)</u>
Atribuível a					
Participação dos acionistas da Companhia		(42.128)	(29.300)	(42.128)	(29.300)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	26.472	3.116
Prejuízo básico por ação (expresso em R\$ por ação)	21	(0,176)	(0,212)		
Prejuízo básico diluído por ação (expresso em R\$ por ação)	21	(0,166)	(0,206)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Prejuízo do exercício	<u>(42.128)</u>	<u>(29.300)</u>	<u>(15.656)</u>	<u>(26.184)</u>
Prejuízo abrangente do exercício	<u>(42.128)</u>	<u>(29.300)</u>	<u>(15.656)</u>	<u>(26.184)</u>
ATRIBUÍVEL À				
Participação dos acionistas da controladora	(42.128)	(29.300)	(42.128)	(29.300)
Participação dos acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.472</u>	<u>3.116</u>
Total	<u>(42.128)</u>	<u>(29.300)</u>	<u>(15.656)</u>	<u>(26.184)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

Nota Explicativa	Atribuído à participação dos controladores								Participação dos acionistas não controladores	Total	
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total			
			Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais						
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	210.822	(84.104)	1.008	1.579	6.911	100.445	(71.620)	165.041	-	165.041	
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	(29.300)	(29.300)	3.116	(26.184)	
Participação de não-controladores na aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	381.022	381.022	
Proposta de absorção de prejuízos acumulados com reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital com constituição de reservas (nota 20)	-	556.378	(1.008)	(1.579)	-	-	2.587	556.378	-	556.378	
Pagamento baseado em ações	-	757	-	-	-	-	-	757	-	757	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (reapresentado)	20	210.822	473.031	-	-	6.911	100.445	(98.333)	692.876	384.138	1.077.014
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	(42.128)	(42.128)	26.472	(15.656)	
Redução de capital social	-	(380.000)	-	-	-	-	-	(380.000)	-	(380.000)	
Redução de participação de minoritários por redução de capital em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(99.039)	(99.039)	
Pagamento de dividendos à minoritários de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.959)	(18.959)	
Dividendos declarados à minoritários de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.500)	(5.500)	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	20	210.822	93.031	-	-	6.911	100.445	(140.461)	270.748	287.112	557.860

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) do período antes do imposto de renda e da contribuição social		(44.438)	(24.766)	11.303	(31.309)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	25	50.308	47.894	177.350	62.129
Encargos financeiros reconhecidos no resultado, líquidos		163.849	58.974	314.357	77.744
Provisão para participações nos resultados e bônus		667	-	10.755	-
Provisão para riscos, líquido	18	-	-	(5.644)	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	(37.167)	14.127	-	-
Baixa de ativo imobilizado, intangível e direito de usos	11 e 12	-	-	41.101	-
Atualização de combinação de negócios		-	-	36.307	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	4	-	-	1.108	-
Outros		2.777	(1.708)	7.884	11.411
		<u>135.996</u>	<u>94.521</u>	<u>594.521</u>	<u>119.975</u>
Redução/(aumento) em ativos:					
Contas a receber de clientes		9.748	(11.090)	5.015	(34.818)
Estoques		(875)	(882)	(1.881)	(1.310)
Impostos a recuperar		(747)	374	7.526	(1.484)
Partes relacionadas ativo		(6.742)	(2.500)	(1.012)	(13.957)
Outros ativos circulantes e não circulantes		1.114	(1.777)	(1.144)	(1.278)
Aumento (redução) em passivos:					
Fornecedores		(130)	3.705	(3.129)	933
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		3.750	3.562	(5.496)	(12.444)
Provisão para riscos		-	-	496	-
Partes relacionadas		2.640	-	2.640	-
Outros passivos circulantes e não circulantes		(11.856)	(7.725)	(35.561)	29.923
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>132.898</u>	<u>78.188</u>	<u>561.975</u>	<u>85.540</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.609)	(9.456)	(153.675)	(10.756)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>126.289</u>	<u>68.732</u>	<u>408.300</u>	<u>74.784</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Adições no ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(4.790)	(3.137)	(24.268)	(5.451)
Valor pago em combinação de negócio, líquido de caixa adquirido		-	-	-	(1.161.431)
Aumento de capital em investida		-	(800.049)	-	-
Redução de capital de investida		365.000	-	-	-
Caixa líquido gerado / aplicado nas atividades de investimentos		<u>360.210</u>	<u>(803.186)</u>	<u>(24.268)</u>	<u>(1.166.882)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Captação de novos empréstimos	17	-	410.381	187.826	1.197.746
Amortização de empréstimos	17	(4.200)	(570.194)	(12.200)	(570.194)
Pagamento de juros sobre debentures	17	(63.570)	(58.420)	(186.752)	(58.420)
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	14	(2.098)	(914)	(5.341)	(1.158)
Juros pagos de passivo de arrendamento	14	(9.531)	(10.336)	(23.993)	(11.500)
Emissão (remuneração) de ações preferenciais	19	(82.000)	505.782	(82.000)	505.782
Aumento de capital social		-	556.378	-	556.378
Redução de capital		(380.000)	-	(380.000)	-
Redução de participação de não controladores por redução de capital de controladas		-	-	(99.039)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionistas não controladores de controlada		-	-	(18.959)	-
Caixa líquido gerado / aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(541.399)</u>	<u>832.677</u>	<u>(620.458)</u>	<u>1.618.634</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		<u>(54.900)</u>	<u>98.223</u>	<u>(236.426)</u>	<u>526.536</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		135.534	37.311	563.847	37.311
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		80.634	135.534	327.421	563.847
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		<u>(54.900)</u>	<u>98.223</u>	<u>(236.426)</u>	<u>526.536</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Reapresentado		Reapresentado
Receitas	217.020	190.729	940.383	231.098
Vendas de produtos e serviços	215.527	187.440	939.962	227.809
Outras receitas operacionais	1.493	2.341	1.529	2.341
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	-	948	(1.108)	948
Insumos adquiridos de terceiros	(41.320)	(37.188)	(260.765)	(68.128)
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(4.464)	(20.116)	(107.783)	(35.874)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(36.856)	(17.072)	(111.881)	(32.254)
Outras (baixas de ativos)	-	-	(41.101)	-
Valor adicionado bruto	175.700	153.541	679.618	162.970
Depreciações e amortizações	(50.359)	(47.894)	(177.401)	(62.129)
Valor adicionado produzido pela Entidade	125.341	105.647	502.217	100.841
Valor adicionado recebido em transferência	52.622	320	75.473	19.652
Resultado de equivalência patrimonial	37.167	(14.126)	-	-
Receitas financeiras	15.455	-	75.473	5.206
Outros	-	14.446	-	14.446
Valor adicionado total a distribuir	177.963	105.967	577.690	120.493
Distribuição do valor adicionado	177.963	105.967	577.690	120.493
Pessoal	27.899	17.778	127.431	17.778
Remuneração direta	18.520	11.750	99.192	11.750
Benefícios	8.705	5.683	27.565	5.683
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	674	345	674	345
Impostos, taxas e contribuições	14.889	20.186	97.835	12.827
Federais	5.699	12.162	57.565	2.503
Estaduais	7	20	83	20
Municipais	9.183	8.004	40.187	10.304
Remuneração de capitais de terceiros	177.303	97.303	368.080	116.073
Despesas financeiras	169.615	84.460	324.085	103.230
Aluguéis	13.431	12.843	13.431	12.843
Outros	(5.743)	-	30.564	-
Remuneração de capitais próprios	(42.128)	(29.300)	(15.656)	(26.185)
Lucros (prejuízo) retidos no período	(42.128)	(29.300)	(42.128)	(29.301)
Participação dos acionista não controladores	-	-	26.472	3.116

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado)

1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

1.1. Contexto operacional

A Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“Companhia” ou “CLI”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, SP, constituída em 21 de outubro de 2011.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras Companhias, a exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários; serviços auxiliares ao transporte rodoviário de cargas em geral; serviços auxiliares ao transporte de carga em geral (logística de transporte ou agente de transportadoras); agenciamento marítimo e operador portuário; serviços de depósito; logística de depósito; consultoria de transportes em geral; polo de transbordo rodoviário e ferroviário; armazenamento de cereais e correlatos e serviços correlatos.

Concessão do Terminal de Grãos do Maranhão

A Companhia possui 25% de participação do Consórcio Tegram-Itaqui (“Consórcio”), que tem sua sede localizada na Avenida dos Portugueses, 100, Área Comum - Terminal de Grãos do Maranhão, em São Luís, no Estado do Maranhão.

O Consórcio foi constituído em 4 de maio de 2012, tendo como objetivo executar todas as obras de construção das áreas comuns do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, localizado no Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, objeto de arrendamento conforme Concorrência Pública nº 01/11 - EMAP. Uma vez construído, também tem como objetivo gerir, operar e prover a manutenção dessas áreas, conforme previsto em Edital de Licitação.

O Consórcio não possui personalidade jurídica e não deverá constituir personalidade jurídica distinta das consorciadas. O objeto do Consórcio será exercido durante o prazo de duração dos contratos de arrendamento dos lotes, que é de 25 anos, encerrando-se em 3 de maio de 2037, de acordo com o Edital de Licitação.

Encerrado o prazo do Consórcio, será de responsabilidade das consorciadas promover a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades. Parte do Consórcio no Porto de Itaqui, no Maranhão, a CLI opera um dos maiores terminais de grãos do país. Sendo o único operador independente sem nenhum vínculo com qualquer trading ou operador rodo ou ferroviário no Porto de Itaqui.

Concessão do terminal portuário Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”)

A Companhia, através de sua controlada indireta EPSA, detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, cuja abrangência e término encerra-se em março de 2036. A EPSA é prestadora de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities e oferece uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

A EPSA está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1)/IFRIC 12– Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos e CPC27/IAS 16 – Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão serão extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente (União) todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União.

1.2. Reestruturação societária

Em novembro de 2022, a CLI realizou uma reestruturação societária (maiores detalhes videm nota explicativa nº 20), alterando a participação de seus controladores da seguinte forma:

- Os fundos de investimento PE SOPP Fundo de Investimentos em Participações II Multiestratégia no Exterior e SOPP INFRA I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia passaram a deter 50% das ações ordinárias da CLI. O novo acionista, fundo de Investimento Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, passou a deter 50% das ações da CLI.

CLI SUL S.A. (“CLI Sul”) e Aquisição da EPSA

Durante o exercício de 2021 a CLI Sul era uma empresa dormente que não era controlada pela Companhia. Em julho de 2022 foi adquirida pela Companhia por montante irrelevante para viabilizar a aquisição da EPSA, de acordo com a estratégia de negócios da Companhia.

Em 15 de julho de 2022, a Companhia, através de sua controlada CLI SUL, celebrou contrato de compra e venda de ações, prevendo a compra de 80% da participação acionária na empresa EPSA (ações ordinárias com direito a voto), entidade anteriormente controlada pela Rumo S.A., que operava e controlava os terminais T16 e T19 no Porto de Santos. Em novembro de 2022 foi concluída a operação e a partir dessa data o controle acionário passou a ser detido, indiretamente, pela CLI. A EPSA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Guilherme Weinschenck, 886 na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

1.3. Outros Assuntos

Conflito entre Rússia e Ucrânia

Contexto Geral

A invasão da Ucrânia pelas forças russas, em 24 de fevereiro de 2022, constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das Companhias em geral.

Os impactos foram sentidos imediatamente nos mercados de commodities e financeiros ao longo desse período, desde o início da guerra. Algumas sanções foram impostas contra a Rússia por países que não concordam com os termos relatados para tal invasão. As consequências para a Rússia e os demais países são imediatamente aparentes, mas a longo prazo haverá também consequências significativas para a economia global. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

Os riscos desses eventos são significativos nas cadeias de abastecimento (especialmente no que diz respeito à demanda de energia), nos mercados de venda, no fornecimento de crédito pelos bancos, na gestão de cyber-ataques, entre outros exemplos. Tais riscos afetam direta ou indiretamente a economia global (investimentos, câmbio, inflação, petróleo, comércio internacional etc.), sujeita a impactos financeiros, caso as partes envolvidas não cheguem a um acordo.

Impactos na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Companhia monitora constantemente os possíveis impactos que podem ter efeito direto nas operações.

Os principais itens monitorados pela Companhia são:

- Fertilizantes: Rússia e Bielorrússia respondem por 30,5% das exportações de fertilizantes potássicos e o Brasil é o maior importador mundial não apenas do total de fertilizantes como de cada um deles (nitrogenados, fosfatados e potássicos). Portanto, o Brasil enfrentaria dificuldades para substituir a oferta daqueles dois países por outros fornecedores, dado o seu peso na balança comercial entre os países.
- Commodities: No ano de 2022 percebeu-se um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities, incluindo o milho e o trigo. A Companhia monitora efeitos relacionados ao potencial de exportação brasileiro e as condições que podem subsidiar o aumento das exportações, o que pode beneficiar as operações da Companhia e sua controlada. A guerra também contribuiu para um aumento da volatilidade nos mercados de câmbio, preços de energia, e outros custos de insumos. Até o momento, não se apontou impactos negativos nas demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua subsidiária. A Administração continuará monitorando os fatos sobre o conflito, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o “*impairment*” de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam tal necessidade. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa (“UGC”) foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicadores de “*impairment*”. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentadas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxa de desconto, estoque, instrumentos financeiros e contas a receber entre outros itens analisados.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e pelos padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia e suas subsidiárias.

2.2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações Financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (equivalente à IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa nº 2.5 para maiores detalhes.

2.3. Bases de Consolidação

a) Investimento em controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações Financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações Financeiras das controladas são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro líquido ou prejuízo do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora em “resultado de equivalência patrimonial”.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia em “outros resultados abrangentes”.

Conforme descrito no contexto operacional, a Companhia adquiriu a CLI Sul durante o exercício de 2022 (nota explicativa nº 1.1). A CLI Sul, por sua vez, concluiu a aquisição 80% (oitenta por cento) das ações da EPSA em 14 de novembro de 2022 (nota explicativa nº 2.6). Dado que, após análise da Administração, os 14 dias entre essa data e 30 de novembro de 2022, foram considerados quantitativamente e qualitativamente não relevantes para a preparação das Demonstrações Financeiras tomada como um todo, sendo assim, para fins comparativos, foram apresentados o período de 30 dias findo em 31 de dezembro de 2022 (01 de dezembro a 31 de dezembro de 2022) para o resultado comparativo do Consolidado. Vide nota explicativa nº 2.6.

b) Investimento em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações Financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).

Um investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

Abaixo é apresentada a relação de controladas diretas e indiretas da Companhia, bem como os investimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Participação direta:		
CLI SUL S.A.	100%	100%
Participação indireta:		
Elevações Portuárias S.A.	80%	80%
Participação em coligadas:		
Tegram Operações Portuárias S.A. (“TOP S.A.”)	25%	25%

c) Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 (equivalente à IFRS 9) na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

d) Participação de não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas, localizada no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, geram e consomem recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

(i) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

(ii) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia e sua controlada revisam o saldo do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e sua subsidiária calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48 (equivalente à IFRS 9).

(iv) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais que são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para “demurrage”, estadia e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresentamos os principais custos portuários incorridos pela Companhia e suas controladas:

- Provisão para “demurrage”: Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística. Atualmente, não há contratos com cláusulas que preveem “demurrage”, havendo saldos ainda anterior a combinação de negócios a serem liquidados. Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.
- “Laytime” (Estadia de navio): Para alguns contratos da EPSA, o terminal Elevações Portuárias possui a responsabilidade quanto ao “laytime” (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

(v) Provisão para riscos

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

(vi) Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.6, os ativos e passivos assumidos por meio de combinação de negócios são avaliados ao valor justo. A determinação dos valores justos desses ativos e passivos podem se basear em dados não observáveis, caso os dados observáveis de mercado não estejam disponíveis, de modo que pode ser exigidos julgamentos e estimativas por parte da Administração da Companhia.

(vii) Passivo de arrendamento

A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nessa estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o “rating” de crédito).

2.6. Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e combinação de negócios

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão sendo reapresentadas, em conformidade com o IFRS 3 / CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência do assunto descrito abaixo.

Em 14 de novembro de 2022, a Companhia, por intermédio da controlada CLI Sul S.A., concluiu a operação de aquisição de 80% das ações ordinárias e com direito a voto da Elevações Portuárias S.A. ("EPSA"). O valor total da operação foi de R\$1.524.093, sendo pago conforme demonstrado abaixo.

A tabela a seguir resume a o cálculo contraprestação transferida estimada na data da transação:

Valor fixo da contraprestação paga em caixa	1.400.400
Contraprestação contingente (nota 6)	<u>123.693</u>
Contraprestação estimada a ser transferida	<u>1.524.093</u>

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a CLI Sul passou a deter o controle da EPSA.

Os efeitos desta combinação de negócios afetaram apenas as contas patrimoniais do consolidado referentes às operações da Companhia a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da EPSA foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro final de alocação do preço pago, por empresa de avaliação independente.

No último trimestre de 2023, a controlada CLI Sul concluiu a alocação da contraprestação transferida nesta aquisição, e está rerepresentando nessas demonstrações Financeiras individuais e consolidadas os impactos decorrentes da mensuração final. A comparação entre a alocação provisória e a alocação final, estão descritas abaixo.

Essa contabilização preliminar e final considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia.

Com relação à aquisição da EPSA, a data-base 01 de dezembro de 2022 foi utilizada pela Companhia para o reconhecimento contábil da aquisição do controle acionário do investimento e de sua respectiva consolidação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Administração, em análises subsequentes ao registro preliminar, conclui que o impacto dos 14 dias entre 16 de novembro e 30 de novembro de 2022, não eram relevantes quantitativamente e qualitativamente para o preparado das Demonstrações Financeiras.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram detalhadas a seguir:

	Preliminar	Ajustes	Final
Total da contraprestação (I)	1.524.093	-	1.524.093
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	2.188.882	24.548	2.213.430
Caixa	17.119	-	17.119
Aplicações financeiras	221.850	-	221.850
Contas a receber	24.969	-	24.969
Estoque	14.494	(3.046)	11.448
Imposto de renda diferido	16.715	-	16.715
Imobilizado (1)	583.815	46.220	630.035
Direito de uso	84.771	9.991	94.762
Intangível	5.100	-	5.100
Intangível – Licença de operação (2)	1.173.588	(53.348)	1.120.240
Ativo indenizatório (4)	41.458	24.731	66.189
Outros ativos	5.003	-	5.003
(+) Valor justo dos passivos assumidos	280.611	27.703	308.314
Fornecedores	13.539	-	13.539
Obrigações trabalhistas	21.987	-	21.987
Adiantamentos	7.124	-	7.124
Obrigações tributárias	92.124	-	92.124
Arrendamentos CP	16.085	(561)	15.524
Passivo registrado a favor da Raízen (7)	-	11.918	11.918
Provisão de riscos (3)	41.171	24.731	65.902
Arrendamentos LP	88.581	(8.385)	80.196
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo (II)	1.908.271	(3.155)	1.905.116
Participação de não controladores (III)	381.654	(631)	381.023
(+/-) Ajuste eventos identificados 16 dias (5)	(42.691)	42.691	-
	338.963	42.060	381.023
(+/-) Outros ajustes (6) (IV)	(8.006)	8.006	-
Reconhecimento de compra vantajosa no resultado findo em 31 de dezembro de 2022 (provisório) (I-II+III+IV)	(10.530)	10.530	-

- (1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo. Em adição, foi reconhecido menos valia no ativo imobilizado no montante de R\$42.576 referente a totalidade do projeto para cobertura do cais de Santos, o qual foi concluído pela inviabilidade técnica em 2022.

- (2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período (“MEEM”), método que isola a receita/fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estimado o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível. Em adição, visto que os ativos da adquirida se refere a concessão, o qual serão retornados à concedente ao término do período da concessão, não foi constituído ágio ou compra vantajosa, sendo alocado nessa rubrica.

Em adição, após os doze meses da aquisição e os ajustes finais de alocação do preço de compra, foi identificado a baixa de certos imobilizados que na data da aquisição indevidamente não haviam sido baixados no montante de R\$19.784 (líquido de imposto de renda e contribuição social). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referidos ativos foram baixados e, conseqüentemente, a mais valia do intangível da licença de operação foi ajustado. Dado a imaterialidade do montante, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, as demonstrações financeiras comparativas não foram rerepresentadas em decorrência desse erro.

- (3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos. Na alocação final, foi reconhecido passivo contingente relacionado a processos ambientais, identificados posteriormente a alocação preliminar.
- (4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (“closing”). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária, trabalhista e ambientais.
- (5) Conforme contrato de compra e venda, a assunção do controle da Elevações Portuárias S.A. pela CLI Sul S.A. ocorreu em 14 de novembro 2022. Desta forma, ajustes preliminares referentes as transações ocorridas no período de 16 dias da data do fechamento da operação para o balanço patrimonial utilizado na avaliação da alocação de preço provisória em 30 de novembro de 2022, foram necessários. Posteriormente, em análise mais detalhada, o resultado líquido desses 16 dias foi considerado não relevante e imaterial, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo (R\$9.139 de lucro líquido desses 16 dias). Substancialmente em decorrência desse assunto, a rerepresentação do resultado de 2022 foi necessária.
- (6) Determinados ajustes foram identificados durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estes avaliados quantitativamente e qualitativamente como imateriais pela Administração da Companhia e foram ajustados na alocação de preço final.
- (7) Posterior a alocação preliminar, foi constatado uma renegociação entre a EPSA e a Raízen decorrente de transações comerciais anteriores a aquisição da EPSA pela Companhia. Com isso, esse saldo foi ajustado na alocação e preço final.

Em decorrência desses assuntos supracitados, apresentamos abaixo os saldos reapresentados comparados aos originalmente apresentados.

Balço Patrimonial

Ativo	Controladora			Consolidado		
	Ajustes			Ajustes		
	31/12/2022 (original)	IFRS 3/CPC 15	31/12/2022 (reapresentado)	31/12/2022 (original)	IFRS 3/CPC 15	31/12/2022 (reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	135.534	-	135.534	563.847	-	563.847
Contas a Receber	13.291	-	13.291	36.071	-	36.071
Estoques	1.782	-	1.782	16.704	(3.047)	13.657
Tributos a recuperar	9.277	-	9.277	11.546	-	11.546
Partes relacionadas	1.266	-	1.266	12.723	-	12.723
Outros créditos	2.697	1	2.698	6.821	-	6.821
Total do Ativo Circulante	163.847	1	163.848	647.712	(3.047)	644.665
ATIVO NÃO CIRCULANTES						
Partes relacionadas	1.960	-	1.960	1.960	-	1.960
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.434	-	6.434	21.749	14.476	36.225
Ativo indenizatório	-	-	-	41.171	25.018	66.189
Depósitos judiciais	-	-	-	382	-	382
Propriedade para investimentos	972	-	972	972	-	972
Investimentos	815.472	(29.536)	785.936	62	-	62
Imobilizado	1.535	-	1.535	65.162	-	65.162
Direito de uso	72.068	-	72.068	156.309	9.928	166.237
Intangível	710.367	-	710.367	2.406.135	(15.349)	2.390.786
Total do Ativo Não Circulante	1.608.808	(29.536)	1.579.272	2.693.902	34.073	2.727.975
Total Ativo	1.772.655	(29.535)	1.743.120	3.341.614	31.026	3.372.640
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	4.547	-	4.547	24.533	-	24.533
Debêntures	12.162	-	12.162	35.612	-	35.612
Obrigações trabalhistas	4.639	-	4.639	23.710	-	23.710
Obrigações tributárias	1.076	-	1.076	50.659	-	50.659
Passivo de arrendamento	11.275	-	11.275	27.463	(558)	26.905
Partes relacionadas	-	-	-	14.340	11.918	26.258
Outras contas a pagar	11.299	-	11.299	48.947	(30)	48.917
Total do Passivo Circulante	44.998	-	44.998	225.264	11.330	236.594
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Debêntures	407.475	-	407.475	1.188.270	-	1.188.270
Ações preferenciais resgatáveis	505.782	-	505.782	505.782	-	505.782
Passivo de arrendamento	78.163	-	78.163	166.397	(8.332)	158.065
Partes relacionadas	-	-	-	123.693	-	123.693
Provisão para riscos	-	-	-	44.665	24.731	69.396
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	3.580	(3.580)	-
Outras contas a pagar	13.826	-	13.826	13.826	-	13.826
Total do Passivo Não Circulante	1.005.246	-	1.005.246	2.046.213	12.819	2.059.032
Total do Passivo Circulante e Não Circulante	1.050.244	-	1.050.244	2.271.477	24.149	2.295.626
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	210.822	-	210.822	210.822	-	210.822
Reserva de capital	473.031	-	473.031	473.031	-	473.031
Reserva de Lucros	6.911	-	6.911	6.911	-	6.911
Ajuste acumulado de conversão	100.445	-	100.445	100.445	-	100.445
Prejuízos acumulados	(68.798)	(29.535)	(98.333)	(68.798)	(29.535)	(98.333)
	722.411	(29.535)	692.876	722.411	(29.535)	692.876
Participação de Não Controladores	-	-	-	347.726	36.412	384.138
Total do Patrimônio Líquido	722.411	(29.535)	692.876	1.070.137	6.877	1.077.014
Total Passivo e Patrimônio Líquido	1.772.655	(29.535)	1.743.120	3.341.614	31.026	3.372.640

Demonstrações do Resultado

	Controladora			Consolidado		
	01/01/2022 a 31/12/2022	Ajustes IFRS 3/CPC 15	14/11/2022 a 31/12/2022	14/11/2022 a 31/12/2022	Ajustes IFRS 3/CPC 15	14/11/2022 a 31/12/2022
	(Original)		(reapresentado)	(Original)		(reapresentado)
Receita operacional líquida	177.687	-	177.687	264.687	(48.931)	215.756
Custo dos serviços prestados	(57.480)	-	(57.480)	(87.670)	8.666	(79.004)
Lucro Bruto	120.207	-	120.207	177.017	(40.265)	136.752
Receitas (despesas) operacionais:						
Despesas gerais e administrativas	(60.497)	-	(60.497)	(72.622)	(2.482)	(75.104)
Resultado de equivalência patrimonial	15.409	(29.536)	(14.127)	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	829	-	829	11.466	(19.681)	(8.215)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	75.948	(29.536)	46.412	115.861	(62.428)	53.433
Receitas Financeiras	3.516	-	3.516	6.465	2.257	8.722
Despesas Financeiras	(85.625)	-	(85.625)	(101.315)	(3.080)	(104.395)
Variações cambiais, líquidas	10.930	1	10.931	11.964	(1.033)	10.931
Resultado financeiro líquido	(71.179)	1	(71.178)	(82.886)	(1.856)	(84.742)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	4.769	(29.535)	(24.766)	32.975	(64.284)	(31.309)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5.856)	-	(5.856)	(17.401)	8.123	(9.278)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.322	-	1.322	(6.576)	20.979	14.403
Lucro (Prejuízo) do exercício	235	(29.535)	(29.300)	8.998	(35.182)	(26.184)
Atribuível a						
Participação dos acionistas da Companhia	235	(29.535)	(29.300)	235	(29.535)	(29.300)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	8.763	(5.647)	3.116
Prejuízo básico por ação (expresso em R\$ por ação)	0,0017	(0,2092)	(0,2075)			
Prejuízo básico diluído por ação (expresso em R\$ por ação)	0,0016	(0,2048)	(0,2032)			

Demonstrações das mutações de patrimônio líquido

	Atribuído à participação dos controladores						Participação dos acionistas não controladores	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 (originalmente apresentado)	210.822	473.031	6.911	100.445	(68.798)	722.411	347.726	1.070.137
Ajustes no resultado do exercício	-	-	-	-	(29.535)	(29.535)	(5.647)	(35.182)
Ajustes na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	42.059	42.059
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 (reapresentado)	210.822	473.031	6.911	100.445	(98.333)	692.876	384.138	1.077.014

Demonstração do fluxo de caixa

	Controladora			Consolidado		
	01/01/2022 a 31/12/2022 (original)	Ajustes IFRS 3/CPC 15	01/01/2022 a 31/12/2022 (reapresentado)	01/12/2022 a 31/12/2022 (original)	Ajustes IFRS 3/CPC 15	01/12/2022 a 31/12/2022 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro (prejuízo) do exercício antes imposto de renda e da contribuição social	235	(25.001)	(24.766)	8.998	(40.307)	(31.309)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	48.503	(609)	47.894	59.054	3.075	62.129
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	4.534	(4.534)	-	23.977	(23.977)	-
Encargos financeiros reconhecidos no resultado, líquidos	58.974	-	58.974	77.018	726	77.744
Reconhecimento de compra vantajosa	-	-	-	(10.530)	10.530	-
Provisão para riscos	-	-	-	3.494	(3.494)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(15.409)	29.536	14.127	-	-	-
Outros	(2.316)	608	(1.708)	6.148	5.263	11.411
	94.521	-	94.521	168.159	(48.184)	119.975
Redução/(aumento) em ativos						
Contas a receber de clientes	(11.090)	-	(11.090)	(58.781)	23.963	(34.818)
Estoques	(882)	-	(882)	(1.310)	-	(1.310)
Impostos a recuperar	374	-	374	(1.484)	-	(1.484)
Partes relacionadas	(2.500)	-	(2.500)	(13.957)	-	(13.957)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(1.777)	-	(1.777)	(1.278)	-	(1.278)
Aumento/(redução) em passivos						
Fornecedores	3.705	-	3.705	933	-	933
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	3.562	-	3.562	(36.665)	24.221	(12.444)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(7.725)	-	(7.725)	29.923	-	29.923
Caixa gerado pelas atividades operacionais	78.188	-	78.188	85.540	-	85.540
Amortização de empréstimos - juros	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.456)	-	(9.456)	(10.756)	-	(10.756)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	68.732	-	68.732	74.784	-	74.784
Caixa líquido gerado / aplicado nas atividades de investimentos	(803.186)	-	(803.186)	(1.166.882)	-	(1.166.882)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Empréstimos e financiamentos e debêntures - captados	410.381	-	410.381	1.197.746	-	1.197.746
Amortização de empréstimos - principal	(570.194)	-	(570.194)	(570.194)	-	(570.194)
Amortização de empréstimos - juros	(58.420)	-	(58.420)	(58.420)	-	(58.420)
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	(914)	-	(914)	(1.158)	-	(1.158)
Juros pagos de passivo de arrendamento	(10.336)	-	(10.336)	(11.500)	-	(11.500)
Recebimento por emissão de ações preferenciais	505.782	-	505.782	505.782	-	505.782
Aumento de capital social	556.378	-	556.378	556.378	-	556.378
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-
Caixa líquido gerado / aplicado nas atividades de financiamentos	832.677	-	832.677	1.618.634	-	1.618.634
Variação líquida em caixa e equivalente de caixa	98.223	-	98.223	526.536	-	526.536
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37.311	-	37.311	37.311	-	37.311
Caixa e equivalentes advindo da incorporação	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	135.534	-	135.534	563.847	-	563.847
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	98.223	-	98.223	526.536	-	526.536

Demonstração do valor adicionado

	Controladora			Consolidado		
	a	Ajustes	01/01/2022 a	01/12/2022 a	Ajustes	01/12/2022 a
	31/12/2022	IFRS 3/CPC 15	31/12/2022	31/12/2022	IFRS 3/CPC 15	31/12/2022
	(Original)		(Reapresentado)	(Original)		(Reapresentado)
Receitas	190.729	-	190.729	293.126	62.028	231.098
Vendas de produtos e serviços	187.440	-	187.440	279.697	51.888	227.809
Outras receitas operacionais	2.341	-	2.341	12.481	10.140	2.341
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	948	-	948	948	-	948
Insumos adquiridos de terceiros	(37.188)	-	(37.188)	(58.090)	10.038	(68.128)
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(20.116)	-	(20.116)	(26.776)	9.098	(35.874)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(17.072)	-	(17.072)	(31.314)	940	(32.254)
Perda para recuperação de valores ativos, incluindo baixas de ativos	-	-	-	-	-	-
Valor adicionado bruto	153.541	-	153.541	235.036	72.066	162.970
Depreciações e amortizações	(47.894)	-	(47.894)	(59.577)	2.552	(62.129)
Valor adicionado produzido pela Entidade	105.647	-	105.647	175.459	74.618	100.841
Valor adicionado recebido em transferência	29.855	(29.535)	320	20.728	1.076	19.652
Resultado de equivalência patrimonial	15.409	(29.535)	(14.126)	-	-	-
Receitas financeiras	-	-	-	20.728	15.522	5.206
Outros	14.446	-	14.446	-	(14.446)	14.446
Valor adicionado total a distribuir	135.502	(29.535)	105.967	196.187	75.694	120.493
Distribuição do valor adicionado	135.502	(29.535)	105.967	196.187	75.694	120.493
Pessoal	17.778	-	17.778	24.241	6.463	17.778
Remuneração direta	11.750	-	11.750	16.470	4.720	11.750
Benefícios	5.683	-	5.683	7.168	1.485	5.683
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	345	-	345	603	258	345
Impostos, taxas e contribuições	20.186	-	20.186	47.056	34.229	12.827
Federais	12.162	-	12.162	35.116	32.613	2.503
Estaduais	20	-	20	31	11	20
Municipais	8.004	-	8.004	11.909	1.605	10.304
Remuneração de capitais de terceiros	97.303	-	97.303	115.892	(181)	116.073
Despesas financeiras	84.460	-	84.460	102.169	(1.061)	103.230
Aluguéis	12.843	-	12.843	13.723	880	12.843
Outros	-	-	-	-	-	-
Remuneração de capitais próprios	235	(29.535)	(29.300)	8.998	35.183	(26.185)
Lucros (prejuízo) retidos no período	235	(29.535)	(29.300)	235	29.536	(29.301)
Participação dos acionista não controladores	-	-	-	8.763	5.647	3.116

A demonstração do resultado abrangente alterou apenas no lucro (prejuízo) do exercício, similar as demonstrações do resultado, sendo assim, a Administração concluiu não ser relevante sua divulgação.

2.7. Principais políticas e práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

2.7.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até no máximo 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.7.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.7.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e de suas controladas foram calculados com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

b) Impostos diferidos

Quando aplicável, são constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis. Quando aplicável, são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido.

2.7.4. Moeda estrangeira

Transações em outras moedas (diferente da moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em outras moedas na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas (diferentes da moeda funcional), são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais, líquidas.

2.7.5. Estoques

Os estoques mantidos pela Companhia se referem substancialmente a peças e insumos mantidos em estoque para consumo na operação se espera consumi-los dentro do período. São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda estimado deduzido de custos incorridos estimados). Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, deduzido das provisões para giro lento e obsolescência, constituídas em 100% do valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.7.6. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.7.7. Instrumentos financeiros

Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado.

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo, (seja por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.7.8. Intangível

Direito de exploração

A Companhia e suas controladas possuem concessões de serviços públicos decorrentes de contratos de arrendamento. A Companhia atua sob o regime de concessão, entretanto, as suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, em função do preço não ser regulado pelo poder concedente. Dessa forma, conforme nota 2.1.3, em função da adoção do CPC 06 (R2) (equivalente ao IFRS 16), os saldos foram reclassificados para a rubrica de Direito de Uso, ficando alocado no intangível o pagamento da outorga do início do contrato e bens reversíveis oriundos destes contratos.

Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios (nota 2.6).

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Exceto pelo ágio e outros ativos de vida útil indefinida, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou são adquiridos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

2.7.9. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores.

2.7.10. Provisão para riscos

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.7.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e / ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.7.12. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo serviço; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (iv) o cliente aceitou o serviço.

A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente a operações de elevação de grãos, principalmente, soja, farelo de soja e milho, e operações logísticas. As operações de elevação de grãos referem-se, basicamente, ao embarque produtos agrícolas dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio. As operações logísticas estão relacionadas, principalmente a recepção, manuseio e embarque da soja, farelo de soja e milho dentro da área portuária.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços/comercialização de armazenagem e elevação de produtos agrícolas a granel (soja, farelo de soja e milho) e outros serviços da atividade portuária, no curso normal das atividades da Companhia.

2.7.13. Subvenções governamentais

Incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia e suas controladas.

A reserva de incentivo fiscal é constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais em conformidade a Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital.

Detalhes adicionais sobre os incentivos estão descritos na nota 16.

2.7.14. Resultado por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

2.7.15. Informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas na nota explicativa nº 26 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

2.7.16. Pagamentos baseados em ações

A Companhia oferece a seus executivos plano de outorga de opções de compra de ações, liquidados exclusivamente com as suas próprias ações.

Os planos são mensurados pelo valor justo na data da outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado cujos detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 6 (b).

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido ao longo do período em que a condição de serviço é cumprida, com término na data em que o funcionário adquire o direito integral ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição foi cumprido e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrada como despesa de pessoal.

Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços.

Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os executivos. Quando uma outorga é cancelada pela Companhia ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

2.7.17. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os contratos de arrendamentos de áreas portuárias, são considerados como ativos arrendados em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e pagamentos mínimos (movimentações mínimas contratuais) fixados no contrato de arrendamento, no passivo. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(i) Como arrendatário

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra.

Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início.
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos circulantes, incluindo equipamentos de TI.

A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.7.18. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial. O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Pode ser composto de juros capitalizados decorrentes dos empréstimos, gastos com material e mão de obra direta ou qualquer outro gasto diretamente atribuível a essa propriedade, desde que seja necessário para alocá-la em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida é vendida, os respectivos montantes reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Quando a utilização da propriedade mudar de tal forma que ela seja reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação será seu custo para a contabilização subsequente.

Conforme CPC 28 Propriedade para investimento (IAS 40), a Companhia divulga o valor justo das propriedades para investimento.

2.7.19. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativo se a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.7.20. CPCs/IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, o Grupo aplicou uma série de alterações às IFRS's emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)

O Companhia adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro.

A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.

A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).

Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade

A Companhia adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do 'processo de materialidade em quatro passos descritos na Declaração de Prática 2.

Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. A adoção da norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis

A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. A adoção da norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.7.21. CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes para a preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto — Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Essa norma não é aplicável para a Companhia.

Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Os Diretores da Companhia não esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro.

Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com “Covenants”

As alterações indicam que apenas “covenants” que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses “covenants” afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do “covenant” é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um “covenant” com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um “covenant” após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de “covenants” pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os “covenants” (incluindo a natureza dos “covenants” e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os “covenants”.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se uma entidade aplica as alterações para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2020.

Os diretores da Companhia não esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro.

Alterações a IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores

As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.

Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores:

- Os termos e as condições dos acordos
- O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos
- O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento
- As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores
- Informações sobre o risco de liquidez

As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

Os diretores da Companhia não esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro.

Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”

As alterações ao IFRS16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e “leaseback”, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.

As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo na IFRS16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de venda e “leaseback” que se qualifica como venda na aplicação do CPC 47 (IFRS 15) é um passivo de arrendamento.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) a transações de venda e “leaseback” celebradas após a data da adoção inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS16 pela primeira vez.

Os diretores da Companhia não esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição de caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	14.086	21.052	23.931	39.565
Aplicações financeiras	66.548	114.482	303.490	524.282
Total	<u>80.634</u>	<u>135.534</u>	<u>327.421</u>	<u>563.847</u>

As aplicações financeiras se referem principalmente a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 92,79% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Composição das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em bancos:				
CDB	66.548	95.843	303.490	434.569
Operações compromissadas (i)	-	18.639	-	89.713
	<u>66.548</u>	<u>114.482</u>	<u>303.490</u>	<u>524.282</u>

(i) Trata-se de operações de curto prazo lastreadas em títulos de renda fixa.

4. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Clientes estrangeiros	2.813	6.400	9.497	19.766
Clientes nacionais	518	6.366	19.210	15.782
Clientes Consórcio Tegram	212	525	212	523
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	-	-	(1.108)	-
Total	<u>3.543</u>	<u>13.291</u>	<u>27.811</u>	<u>36.071</u>

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS9/CPC48 para mensurar as perdas de créditos esperadas. A movimentação é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo Inicial do exercício	-	(948)	-	(948)
Adição	-	948	(1.108)	948
Saldo Final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.108)</u>	<u>-</u>

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a companhia não possui um histórico significativo de inadimplência. Valores apresentados na provisão para perdas de crédito são referentes a processos administrativos por cancelamentos de notas fiscais em órgãos públicos.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Créditos a vencer	3.526	6.039	19.144	24.836
Créditos vencidos até 30 dias	-	7.252	5.934	9.607
Créditos vencidos de 31 a 60 dias	-	-	463	1.628
Créditos vencidos de 181 a 360	-	-	1.471	-
Créditos vencidos acima de 361 dias	17	-	1.907	-
Total	<u>3.543</u>	<u>13.291</u>	<u>28.919</u>	<u>36.071</u>

5. ESTOQUE

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
				(reapresentado)
Peças e acessórios	2.657	1.782	12.417	11.505
Combustíveis e lubrificantes	-	-	740	344
Almoxarifado e outros	-	-	2.381	1.808
Total	<u>2.657</u>	<u>1.782</u>	<u>15.538</u>	<u>13.657</u>

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$6.140 em 31 de dezembro de 2023 e 2022 no Consolidado. Não há provisão na Controladora.

A movimentação da provisão para realização dos estoques referente aos doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está assim representada:

	Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (reapresentado)
Saldo inicial	(6.140)	-
Saldo oriundo de combinação de negócios de investida	-	(6.140)
Saldo final	<u>(6.140)</u>	<u>(6.140)</u>

6. PARTES RELACIONADAS

A seguir apresentamos os saldos existentes com partes relacionadas não controladas e não consolidadas:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (reapresentado)
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes:				
Elevações Portuárias S.A. (vi)	9.968	1.266	-	-
CLI Sul S.A – (dividendos a receber)	21.182	-	-	-
Raízen Energia S.A. e controladas (v)	-	-	9.077	-
Rumo S.A. (ii)	-	-	8.294	12.723
Total ativo circulante	<u>31.150</u>	<u>1.266</u>	<u>17.371</u>	<u>12.723</u>
Ativo não circulante:				
Contas a receber de clientes:				
Consórcio Tegram-Itaqui (iv)	-	1.960	-	1.960
Total ativo não circulante	<u>-</u>	<u>1.960</u>	<u>-</u>	<u>1.960</u>
Passivo circulante:				
Fornecedores:				
Rumo S.A. (i) (iii)	-	-	185.014	14.340
Raízen Energia S.A. e controladas (v)	-	-	6.352	11.918
Outros	-	-	1.994	-
Total Passivo circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>193.360</u>	<u>26.258</u>
Passivo não circulante:				
Fornecedores:				
Rumo S.A. (i)	-	-	-	123.693
Outros	2.640	-	2.640	-
Total Passivo não circulante	<u>2.640</u>	<u>-</u>	<u>2.640</u>	<u>123.693</u>

- (i) Os antigos controladores da EPSA terão direito ao recebimento desse montante condicionado a realização de incorporação societária no prazo de 18 meses. O valor atualizado da contraprestação contingente em 31 de dezembro de 2023 é de R\$160.000 (R\$123.693 em 31 de dezembro de 2022). Este valor corresponde a 20% do valor líquido entre a dívida e o caixa existente na data da liquidação. A Companhia considerou, nos termos do CPC 15 (R1) Combinação de negócios (IFRS 3), como contraprestação contingente pelo seu valor justo na data da aquisição o montante de R\$123.693, reconhecida como parte da combinação de negócios.
- (ii) O saldo de contas a receber, no ativo circulante e não circulante, são rateios de despesas administrativas entre a controlada indireta, EPSA, e Rumo S.A., com preços e condições determinados entre as partes, bem como saldo a receber de “demurrage”, sendo que esse montante é compensado com saldos a pagar de mesma natureza com terceiros.
- (iii) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre a controlada indireta, EPSA, e a Rumo, além do saldo de R\$10.824 a ser reembolsado à Rumo (vide nota explicativa nº7). Adicionalmente, o montante de R\$5.500, registrado na rubrica de Dividendos a pagar, é devido a Rumo S.A. decorrente da declaração de dividendos realizada pela EPSA, e ainda não pago, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- (iv) Trata-se de antecipação de valores para pagamento das despesas do Consórcio, liquidado em 2023.
- (v) O saldo de contas a receber, no ativo circulante, referem-se a transações comerciais entre a EPSA e a Raízen S.A, parcialmente compensados com provisões de “demurrage” a ser pago para a Raízen.
- (vi) O saldo de contas a receber, no ativo circulante, se referem à rateios corporativos de serviços compartilhados com a EPSA.

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato, os quais são negociados em condições normais de mercado. Os saldos em aberto no final do período não são garantidos, e não estão sujeitos a juros; são liquidados em dinheiro.

Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste período nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Transações com partes relacionadas

	<u>Controladora</u>
Despesa compartilhada	31/12/2023
Elevações Portuárias S.A. “EPSA” (iv)	(17.480)
	(17.480)

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida:		
Raízen Energia S.A. e controladas (i)	123.488	6.342
Rumo S.A. (iii)	21.916	-
Outros	-	337
	<u>145.404</u>	<u>6.679</u>
Compras de produtos / insumos:		
Logisport Armazéns Gerais S.A. (ii)	(11.902)	(31)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	(2.876)	(992)
Outros	(1.253)	(268)
	<u>(16.031)</u>	<u>(1.290)</u>

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para a Raízen Energia e a Raízen S.A. se refere à armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado (empresas grupo Rumo).
- (ii) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 junto à Logisport Armazéns Gerais S.A. se refere à locação de espaço para armazenagem, de acordo com o contrato entre as partes (empresas grupo Rumo).
- (iii) A prestação de serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 junto à Rumo S.A. se refere à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre as partes (empresas grupo Rumo).
- (iv) A prestação de serviços ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 junto à EPSA. se refere à rateios corporativos de serviços compartilhados, de acordo com o contrato entre as partes.

c) Remuneração da Administração

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e bônus	6.055	1.926	6.055	1.926
Pagamento baseado em ações	-	755	-	755
Total	<u>6.055</u>	<u>2.681</u>	<u>6.055</u>	<u>2.681</u>

Pagamentos baseados em ações

A CLI oferece incentivos de longo prazo para altos executivos responsáveis pela implementação de sua estratégia de longo prazo.

Aprovação do Plano de Pagamentos Baseado em Ações

Em 29 de setembro de 2022 a Companhia aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano”) da Companhia limitado a 5% do número de ações da Companhia. O plano deu direito aos diretores estatutários de adquirir ações de emissão da Companhia. De acordo com este programa, as opções podem ser exercidas pelo valor justo das ações na data da outorga, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O Conselho de Administração será o responsável pela administração do Plano.

O plano tem por objetivo permitir a outorga de opção de compra de ações aos diretores estatutários da Companhia, devidamente discutidos e selecionados previamente pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair, motivar e manter vinculados à Companhia executivos de alta performance e estratégicos para o desenvolvimento do seu objeto social; (ii) alinhar os interesses dos diretores estatutários com os dos acionistas da Companhia, incentivando o comprometimento, o engajamento e o senso de participação no negócio explorado pela Companhia; (iii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos traçados pela Companhia; e (iv) Oferecer aos diretores estatutários uma possibilidade adicional de compartilhar a performance e o sucesso da Companhia.

A aprovação dos efetivos participantes e do número de opções a serem outorgadas a cada um deles serão determinados pelo Conselho de Administração. O Exercício da Opção de Compra pelo Participante não está sujeito ao atingimento de meta individual do Participante nem de metas globais da Companhia, mas sim pela permanência do vínculo do diretor com a Companhia, sendo que a condição de aquisição (“vesting”) é de 20% por ano sobre a quantidade de opções recebidas na data da outorga; e a condição de exercício pela ocorrência de um Evento de Liquidez.

Os eventos de liquidez que impactam o exercício da opção de ações estão descritos a seguir:

1. Consumação de uma oferta pública secundária de ações da Companhia ou alienação, direta ou indireta, de pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) da sua participação acionária dos acionistas atuais.
2. Realização de uma transação primária e/ou secundária, pública ou privada, por meio da qual os Acionistas Originais da Companhia reduzam a sua participação em 40% (quarenta por cento) ou mais da sua participação.
3. Alienação, direta ou indireta, pelos Acionistas do controle societário da Companhia desde que haja troca efetiva do controle indireto.

No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do participante, as opções de compra que não tenham sido adquiridas até a data de desligamento, observados os períodos de exercício da opção, serão automaticamente extintas.

Até 31 de dezembro de 2023 foram outorgadas 3.219 mil opções de compra de ações cujo valor justo na data da outorga é de R\$4,22 por opção, sendo que em 31 de dezembro de 2023 não há opções de compra de ações vestidas ou extintas. Em 31 de dezembro de 2022, havia outorgadas 2.972 mil opções de compra de ações, cujo valor justo também era de 4,22 por opção. No exercício foram adicionadas 247 novas opções ao preço de 4,22 cada.

A despesa é registrada da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

O valor justo do pagamento baseado em ações foi preparado com base em uma abordagem de mercado e está baseado em uma transação de compra e venda das ações da Companhia em termos de mercado.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS	279	353	1.333	353
COFINS	1.065	1.547	5.805	1.547
IRPJ/CSLL (1)	8.656	7.256	28.104	7.525
Outros	24	121	24	2.121
Total	10.024	9.277	35.266	11.546

- 1) Em 2018, a Companhia entrou com liminar contra a decisão da Receita Federal Brasileira que proibiu a compensação de débitos oriundos de imposto de renda e contribuição social por estimativa. Essa liminar foi derrubada em 2023, com isso, a Companhia efetuou o pagamento de R\$12.850 no ano corrente, sendo que R\$10.824 poderá ser compensado ou restituído no futuro. O montante pago foi integralmente reembolsado pela Rumo S.A. e uma vez que a Companhia compense ou restitua deverá devolvê-lo.

8. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

O valor da propriedade para investimento refere-se a um terreno no montante de R\$972 em 31 de dezembro de 2023 (R\$972 em 31 de dezembro de 2022), e o valor justo da propriedade em 31 de dezembro de 2023 é de R\$972 (R\$994 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia adota a prática manter o ativo a valor contábil.

9. INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos

Nome da controlada Tipo de investimento % Participação	TOP S.A. Investimento em Coligada 25%	
	31/12/2023	31/12/2022
Total do ativo	2.143	2.012
Total do passivo	1.893	1.762
Patrimônio líquido	250	250
Valor do investimento	63	63

Nome da controlada Tipo de investimento	CLI Sul S.A. (ii) Investimentos em controlada direta	
	Número de ações	435.001
Tipo de ações	Ordinárias	
% Participação	100%	

	31/12/2023 (i)	31/12/2022 (i) (reapresentado)
Total do ativo	2.177.208	2.415.395
Total do passivo	1.453.238	1.245.383
Patrimônio líquido atribuído à participação dos controladores	436.858	785.874
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores (ii)	287.112	384.138
Lucro (prejuízo) do período	37.166	(14.127)
Valor do investimento	<u>436.858</u>	<u>785.874</u>

(i) A CLI Sul possui 80% (oitenta por cento) das ações da EPSA (nota explicativa nº 2.6).

b) Movimentação dos saldos

	TOP S.A.	CLI SUL	Total de investimentos Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13	1	14
Aporte de capital	49	800.001	800.049
Equivalência patrimonial	-	(14.127)	(14.127)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	<u>63</u>	<u>785.874</u>	<u>785.936</u>
Equivalência patrimonial	-	37.166	37.167
Redução de capital social de investida	-	(365.000)	(365.000)
Dividendos declarados e não pagos	-	(21.182)	(21.182)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>63</u>	<u>436.858</u>	<u>436.921</u>

10. DIREITO DE USO

a) Controladora

	Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2022	Adição	Remensuração do Contrato	Amortização	Saldo contábil 31/12/2023
Concessão – Corredor Logística e Infraestrutura S.A.						
Concessão	15	72.068	-	4.812	(5.459)	71.421
Outros		-	716	-	(99)	617
Total		<u>72.068</u>	<u>716</u>	<u>4.812</u>	<u>(5.558)</u>	<u>72.038</u>
Controladora						
	Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2021	Adição	Remensuração do Contrato	Amortização	Saldo contábil 31/12/2022
Concessão – Corredor Logística e Infraestrutura S.A.						
Concessão	15	68.657	-	8.532	(5.121)	72.068
Total		<u>68.657</u>	-	<u>8.532</u>	<u>(5.121)</u>	<u>72.068</u>

b) Consolidado

	Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2022 (reapresentado)	Adição	Remensuração do Contrato	Amortização	Saldo contábil 31/12/2023
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. Concessão	15	72.068	-	4.812	(5.459)	71.421
Outros	2	-	716	-	(99)	617
Elevações Portuárias S.A. Concessão	14	94.169	-	5.830	(7.516)	92.483
Total		166.237	716	10.642	(13.074)	164.521

Consolidado						
	Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2021	Saldo oriundo da combinação de negócios	Remensuração do Contrato	Amortização	Saldo contábil 31/12/2022 (reapresentado)
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. Concessão	15	68.657	-	8.532	(5.121)	72.068
Elevações Portuárias S.A. Concessão	14	-	94.762	-	(593)	94.169
Total		68.657	94.762	8.532	(5.714)	166.237

11. IMOBILIZADO

Composição

	Controladora			
	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Móveis e utensílios	356	(92)	264	240
Computadores e periféricos	1.531	(1.008)	523	384
Máquinas, equipamentos e instalações	2.909	(532)	2.377	911
Total	4.796	(1.632)	3.164	1.535

A movimentação do ativo imobilizado, é conforme segue:

	Controladora			
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	242	436	529	1.207
Aquisições	17	51	484	552
Depreciação no exercício	(19)	(103)	(102)	(224)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	240	384	911	1.535
Aquisições	48	256	1.815	2.199
Depreciação no exercício	(24)	(115)	(349)	(488)
Baixas	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	264	523	2.377	3.164

	Consolidado			
	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Terrenos, edifícios e benfeitorias	39.415	(4.268)	35.147	18.598
Móveis e utensílios	1.326	(489)	837	1.109
Computadores e periféricos	1.531	(1.008)	523	384
Máquinas, equipamentos e instalações	24.682	(5.796)	18.886	18.045
Obras em andamento	-	-	-	27.026
Total	66.594	(11.561)	55.393	65.162

	Consolidado					
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	242	436	-	529	1.207
Adições	-	17	51	2.313	484	2.866
Saldos oriundos de combinação de negócio (i)	20.675	897	-	24.713	17.650	63.935
Depreciação no exercício	(2.077)	(47)	(103)	-	(618)	(2.845)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	18.598	1.109	384	27.026	18.045	65.162
Adições	1	48	256	-	1.815	2.120
Depreciação no exercício	(2.191)	(393)	(115)	-	(5.097)	(7.796)
Baixas	-	(75)	(2)	(4.016)	-	(4.093)
Transferências	18.739	148	-	(23.010)	4.123	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.147	837	523	-	18.886	55.393

(i) Conforme nota explicativa nº 2.6, foi alocado ao ativo imobilizado o montante de R\$630.035. Conforme prática contábil da Companhia, os ativos reversíveis que ao poder concedente ao final, foram classificados como intangível (R\$566.100). Vide nota explicativa nº 12.

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 não há bens dados em garantia.

A Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o exercício corrente é a seguinte:

	Vida útil
Móveis e utensílios	10 – 15 anos
Computadores e periféricos	1 – 5 anos
Edifícios e benfeitorias	20 – 25 anos
Máquinas e equipamentos	10 – 15 anos
Instalações	30 anos

12. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Licença de operação	-	-	148.367	156.432
Direito de uso de outorga	18.510	19.832	18.510	19.832
Bens de concessão	217.357	225.558	684.578	743.638
Mais Valia – Contrato de Concessão	432.909	464.977	1.367.991	1.470.884
	<u>668.776</u>	<u>710.367</u>	<u>2.219.446</u>	<u>2.390.786</u>

	Controladora		Bens de concessão	Total
	Direitos de Uso Outorga	Mais Valia		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.155	497.044	232.132	750.331
Adições	-	-	2.585	2.585
Amortização no exercício	(1.323)	(32.067)	(9.159)	(42.549)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.832	464.977	225.558	710.367
Amortização no período	(1.322)	(32.068)	(10.872)	(44.262)
Obras em andamento	-	-	1.316	1.316
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>18.510</u>	<u>432.909</u>	<u>217.357</u>	<u>668.776</u>

	Consolidado				
	Licença de operação	Direitos de Uso Outorga	Mais Valia	Bens de concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	21.155	497.044	232.132	750.331
Saldos oriundos de combinação de negócios (nota 2.6)	157.415	-	1.014.313	519.712	1.691.440
Adições	-	-	-	2.585	2.585
Amortização no exercício	(983)	(1.323)	(40.473)	(10.791)	(53.570)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	156.432	19.832	1.470.884	743.638	2.390.786
Adições	5.843	-	13.634	1.355	20.832
Baixas	-	-	-	(37.008)	(37.008)
Amortização no período	(13.908)	(1.322)	(116.527)	(24.723)	(156.480)
Obras em andamento	-	-	-	1.316	1.316
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>148.367</u>	<u>18.510</u>	<u>1.367.991</u>	<u>684.578</u>	<u>2.219.446</u>

Baixas em 2023

Refere-se substancialmente a baixa do projeto da cobertura do cais, o qual conclui-se pela sua inviabilidade.

Direito de uso outorga

Refere-se ao lance inicial do contrato de concessão da Companhia no Tegram-Itaqui.

Mais Valia*Controladora*

- Refere-se a ativo Intangível relacionado a mais valia do Contratos de Concessão, identificado em combinações de negócio quando da aquisição da EPSA pela controlada CLI Sul, tal montante será amortizado até 2037 de acordo com a vida útil do contrato de concessão detidos pela CLI.

Consolidado

- Refere-se a ativo Intangível relacionado a mais valia do Contratos de Concessão, identificado em combinações de negócio quando da aquisição da Companhia pela CLI SUL, tal montante será amortizado até 2036 de acordo com a vida útil do contrato de concessão detidos pela EPSA.
- Os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de Amortização - % (Consolidado)
Licença de operação (CLI S.A. – Tegram) e bens de concessão	4,38%
Licença de operação (EPSA) e bens de concessão	3,70%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Em 31 de dezembro de 2023 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

13. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

13.1. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	4.417	4.547	18.401	22.411
Outros	-	-	2.935	2.122
Total fornecedores	4.417	4.547	21.336	24.533

13.2. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				(reapresentado)
Assunção de dívida (a)	13.045	22.063	13.045	22.063
Provisão de “demurrage”	-	-	367	27.364
Provisão de estadia	-	-	3.515	2.497
Adiantamento de clientes	-	-	4.051	3.615
Outros valores a pagar	224	3.062	7.379	7.204
Total Outras contas a pagar	13.269	25.125	28.357	62.743
Circulante	7.210	11.299	22.298	48.917
Não circulante	6.059	13.826	6.059	13.826

- (a) Assunção de dívidas: Em 23 de Dezembro de 2020 a Companhia teve seu controle societário alterado e, nesse momento, conforme contrato entre antigo acionista e os acionistas atuais, a Companhia assumiu em 2020 dívidas de sua antiga Controladora após a conclusão da operação. O pagamento da dívida é dividido em 5 (cinco) anos conforme descrito no instrumento de assunção de dívidas:
- a) 4 janelas no ano de 2021 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro.
 - b) 4 janelas no ano de 2022 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro.
 - c) 4 janelas no ano de 2023 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro.
 - d) 4 janelas no ano de 2024 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro.
 - e) 3 janelas no ano de 2025 sendo nos meses de março, maio e julho.

14. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, à época da transação, a taxa obtida foi de 12% a.a. para controladora e para sua controlada foi de 14,20% a.a. A movimentação de saldos de obrigações com arrendamentos a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	81.820	81.820
Saldos oriundos de combinação de negócio – Aquisição EPSA	-	95.720
Apropriação de juros	10.336	11.556
Pagamento	(11.250)	(11.494)
Remensuração	8.532	7.368
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	<u>89.438</u>	<u>184.970</u>
Remensuração (Efeito da atualização anual pelo IPCA)	4.812	10.642
Adição	716	716
Apropriação de juros	10.824	25.962
Pagamento de principal	(2.098)	(5.341)
Pagamento de juros	(9.531)	(23.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>94.161</u>	<u>192.956</u>
Circulante	12.905	29.343
Não circulante	<u>81.256</u>	<u>163.613</u>
	<u>94.161</u>	<u>192.956</u>

A seguir é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os passivos de arrendamento:

Maturidade dos contratos			
Vencimento das prestações	Controladora	Consolidado	
2024	13.487	31.570	
2025	13.804	31.914	
2026	13.980	33.599	
2027 até o término do contrato	139.912	305.918	
Valor não descontado	181.183	403.001	
Juros embutido	(87.022)	(210.045)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	94.161	192.956	

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado 31/12/2023		Consolidado 31/12/2022	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a Valor presente
Contraprestação do arrendamento	402.366	192.956	391.968	187.970
PIS/COFINS potencial (9,25%)	37.219	17.790	36.257	17.330

Outras divulgações:

- Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 5,69% a.a. (B3) para Controladora e suas subsidiárias no Brasil.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
(reapresentado)				
<u>Passivo de arrendamento</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	94.161	89.438	192.956	184.970
Fluxo com projeção de inflação	99.775	92.095	204.188	199.619
Variação	5.614	2.656	11.232	14.649
<u>Direito de uso</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	72.038	72.068	164.521	166.237
Fluxo com projeção de inflação	76.333	74.208	174.075	170.951
Variação	4.295	2.140	9.554	4.714

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
				(reapresentado)
<u>Despesa financeira</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	10.824	10.336	25.962	11.556
Fluxo com projeção de inflação	<u>11.469</u>	<u>10.643</u>	<u>27.468</u>	<u>11.863</u>
Variação	<u>645</u>	<u>307</u>	<u>1.506</u>	<u>307</u>
<u>Despesa de depreciação</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	5.558	5.121	13.074	5.714
Fluxo com projeção de inflação	<u>5.889</u>	<u>5.273</u>	<u>13.832</u>	<u>5.866</u>
Variação	<u>331</u>	<u>152</u>	<u>758</u>	<u>152</u>

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e encargos	<u>7.951</u>	<u>4.639</u>	<u>28.744</u>	<u>23.710</u>
Obrigações trabalhistas	<u>7.951</u>	<u>4.639</u>	<u>28.744</u>	<u>23.710</u>
IRPJ/CSLL	81	-	11.219	42.446
ICMS	-	-	1.953	2.042
COFINS	-	-	64	82
ISS	796	727	3.624	2.417
Outros impostos a recolher	<u>637</u>	<u>349</u>	<u>4.954</u>	<u>3.672</u>
Obrigações tributárias	<u>1.514</u>	<u>1.076</u>	<u>21.814</u>	<u>50.659</u>
Total	<u>9.465</u>	<u>5.715</u>	<u>50.558</u>	<u>74.369</u>

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

16.1. Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(44.438)	(24.766)	11.303	(31.309)
Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	15.109	8.420	(3.843)	10.645
Equivalência patrimonial PAT - Programa de alimentação do trabalhador	12.637	(4.803)	-	-
Amortização mais valia	88	-	88	-
Juros sobre ações preferenciais	(10.903)	(10.903)	(7.214)	(10.903)
Crédito de imposto constituído (não constituído) (i)	(28.518)	-	(28.518)	-
Outras diferenças permanentes, líquidas	13.697	-	16.577	(2.880)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	200	2.752	(4.049)	8.263
Resultado de imposto de renda e contribuição social	2.310	(4.534)	(26.959)	5.125
IRPJ/CSLL Corrente	(3.168)	(5.856)	(92.985)	(9.278)
IRPJ/CSLL Diferido	5.478	1.322	66.026	14.403
Total	2.310	(4.534)	(26.959)	5.125

- (i) Em 2022, dado o fato que a controlada CLI Sul havia adquirido a EPSA a menos de 2 meses, bem como não havia, ainda, ações concretas a fim de viabilizar a incorporação da EPSA pela controlada, bem como estudos para realização de tais créditos fiscais, a Administração entendeu não ter evidências suficientes para considerar provável a expectativa de lucratividade futura à época e, portanto, ausência de recuperabilidade de seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para os próximos anos, por este motivo não foi reconhecido imposto de renda diferido sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa. Em 2023, conforme nota explicativa 16.2 abaixo, a CLI Sul constituiu, integralmente, imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de 2022 e 2023.

16.2. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) para o imposto de renda e de 9% (nove por cento) para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				(reapresentado)
<u>Diferenças temporárias</u>				
Provisão para demandas judiciais	-	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	1.179	343	4.609	4.045
Provisão para estoques obsoletos e crédito de liquidação duvidosa	-	-	2.465	2.088
Demais provisões ("demurrage", estadia, riscos e outras)	-	-	5.855	12.370
Passivo de arrendamento	7.522	5.906	15.580	12.767
Provisão menos valia imobilizado	-	-	29.491	14.476
Remensuração da alocação do preço de compra de investimento	-	-	12.344	-
Juros capitalizados	-	-	9.600	12.780
Prejuízos fiscais e base negativa	3.004	-	45.614	-
Outros	429	408	738	1.999
Tributos diferidos - Ativos	12.134	6.657	126.296	60.525
<u>Diferenças temporárias</u>				
Ágio fiscal amortizado	-	-	(22.769)	(22.769)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	-	(1.047)	(1.308)
Outros	(223)	(223)	(223)	(223)
Tributos diferidos - Passivos	(223)	(223)	(24.039)	(24.300)
Ativo fiscal diferido	11.911	6.434	102.257	36.225
Passivo fiscal diferido	-	-	-	-

O cronograma esperado para realização do imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa é como segue:

<u>Ano</u>	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
2024	3.004	15.142
2025	-	18.564
2026	-	11.908
	3.004	45.614

A Companhia avalia a realização dos ativos fiscais diferidos ao final de cada período de apresentação das demonstrações financeiras e registra impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que estão disponíveis lucros tributáveis futuros.

Os lucros tributáveis futuros são derivados dos planos de negócios, devidamente aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, realizados em bases nominais, observando o período máximo de 10 anos (inferior ao período remanescente da concessão), utilizando premissas informações históricas e fontes de mercado, ajustados pela expectativa de realização das diferenças temporárias ativos e passivos, e considerando a estimativa de despesa com imposto de renda nos anos vindouros, às alíquotas vigentes, não considerando qualquer desconto ao valor presente.

Adicionalmente, conforme preconiza o CPC31 – Tributos sobre o Lucro, oportunidades de planejamento tributário, devem ser considerados ações futuras que a entidade pode tomar a fim de criar ou aumentar o lucro tributável. Diante disso, dado a evolução dos procedimentos para incorporação da controlada indireta, EPSA, na controlada direta, CLI Sul, o qual é esperado nos próximos meses, a Administração, considerando o cenário pós incorporação, entende que é altamente provável a recuperação integral dos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, bem como das diferenças temporárias ativas.

Na análise, a Administração considerou cenários de estresses com reduções relevantes em receitas e aumentos nas taxas de juros, sendo que todos demonstraram que os créditos serão recuperados dentro de um período inferior a 10 anos, motivo pelo qual efetuou o reconhecimento do montante integral de imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias na controlada CLI Sul.

A controlada EPSA não apresenta saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a constituição de seu diferido.

O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Companhia.

A Companhia, a partir de janeiro de 2016, por meio de benefício tributário outorgado pela SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com base na Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, passou a ter o benefício da redução de 75% da base de cálculo do Imposto de Renda das atividades relacionadas a prestação de serviços portuários. Em 2023, a Companhia conseguiu a postergação de referido benefício até 2033.

17. DEBÊNTURES

	Taxa de juros (%)	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	CDI +3,50% CDI +3,20% IPCA +6,608% a.a.				
Debêntures (a) e (b)/(ii) e (iii)		429.342	429.025	1.442.627	1.245.905
Custos de transação		(8.326)	(9.388)	(25.693)	(22.023)
Total		<u>421.016</u>	<u>419.637</u>	<u>1.416.934</u>	<u>1.223.882</u>
Circulante		16.679	12.162	50.477	35.612
Não circulante		404.337	407.475	1.366.457	1.188.270

A movimentação das debêntures, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	419.637	589.232	1.223.882	589.232
Captação	-	420.000	196.000	1.220.000
Custos a apropriar	-	(9.619)	(8.174)	(22.254)
Custos apropriados	1.063	-	2.561	-
Juros Incorridos	68.086	59.615	201.617	76.495
Variação cambial	-	(10.977)	-	(10.977)
Pagamento de principal	(4.200)	(570.194)	(12.200)	(570.194)
Pagamento de juros	(63.570)	(58.420)	(186.752)	(58.420)
Saldo Final	<u>421.016</u>	<u>419.637</u>	<u>1.416.934</u>	<u>1.223.882</u>

Os vencimentos das debêntures registradas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
2025	19.937	65.697
2026	26.237	72.352
2027	43.037	144.603
2028 a 2031	315.126	1.083.805
Saldo Final	<u>404.337</u>	<u>1.366.457</u>

(a) Emissão debêntures

- (i) A primeira emissão de debêntures da Companhia foi realizada em março de 2021 sendo integralmente liquidada em 14 de novembro de 2022 com os recursos oriundos da 2ª emissão de debêntures, conforme item (ii) abaixo, juntamente com recursos gerados pela operação.
- (ii) Em outubro de 2022, a Companhia realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$420.000 (quatrocentos e vinte milhões de reais), totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Companhia, pagamento de dívidas bancárias e integralização de aumento de capital para pagamento de parte do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital social da Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, constituída por 420 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031. A remuneração será paga semestralmente, sempre em abril e outubro de cada ano, sendo primeiro pagamento realizado em 10 de abril de 2023.

- (iii) Em outubro de 2022, a controlada direta, CLI Sul S.A., realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital de Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 800 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031. A remuneração será paga anualmente, sempre em outubro de cada ano sendo o primeiro pagamento em outubro de 2023.
- (iv) Em outubro de 2023, a controlada indireta, EPSA, emitiu sua 1ª emissão de debêntures no montante de R\$196.000, os quais os créditos imobiliários provenientes das debentures integram o lastro dos certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”), os quais foram ofertados por meio de distribuição pública, sendo concluído a transação em 14 de novembro de 2023. As debentures possuem amortizações anuais e iguais do principal a partir de 2031 e pagamento de juros semestrais. Em 31 de dezembro de 2023, os juros provisionados e os custos a amortizar correspondem a R\$1.943 e R\$8.106, respectivamente.

No âmbito da 2ª emissão de debêntures da Companhia (“Emissora”), as obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos, estão garantidas pelas ações da investida indireta EPSA, controlada pela CLI Sul (investida direta), equivalentes a 26,66%, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia oriundos de contrato de prestação de serviços.

No âmbito da 1ª emissão de debêntures da controlada direta, CLI Sul S.A. (“Emissora”), as obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos, estão garantidas pelas ações da EPSA, controlada direta da CLI Sul, equivalentes a 52% do capital social, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da EPSA oriundos de contrato de prestação de serviços.

No âmbito da emissão de debêntures por certificados de recebíveis imobiliários, contam com garantia fidejussória da Companhia e de sua controladora direta, CLI Sul S.A.

(b) Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

Os “covenants” associados a emissão de debêntures da Companhia, de sua controlada direta CLI Sul e da controlada indireta, EPSA, estabelecem a manutenção de determinados indicadores financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, bem como indicadores não financeiros conforme cada contrato, conforme abaixo:

- (i) Segunda emissão de Debêntures da Companhia tem a obrigação de manutenção da dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50, com base em suas demonstrações financeiras individuais.
- (ii) Primeira Emissão de Debênture da CLI Sul e EPSA, tem as seguintes obrigações, apurada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CLI Sul.
- medição anual da Dívida Líquida/EBITDA devendo ser menor ou igual a 3,50.
 - medição semestral do Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) consolidado, devendo ser menor de 1,20.

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores (“covenants” financeiros) sejam mensurados anualmente estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

Além dos “covenants” financeiros, os contratos de empréstimo contêm cláusulas de “covenants” não financeiros, usuais no mercado, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos “covenants” financeiros.

Não foi identificado nenhum descumprimento de “covenants” financeiro ou não financeiro que ensejasse vencimento antecipado dos contratos de empréstimo da Companhia.

18. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

A movimentação em 31 de dezembro de 2023 referente a provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios e ambientais, classificados como perda provável, é apresentada abaixo:

	Provisão para demanda judiciais	
	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
		(reapresentado)
Tributárias	2.391	1.965
Cíveis, regulatórias e ambientais	30.328	34.280
Trabalhistas	28.198	33.151
	<u>60.917</u>	<u>69.396</u>
	Depósitos judiciais	
	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	483	-
Cíveis, regulatórias e ambientais	2.476	214
Trabalhistas	931	168
	<u>3.890</u>	<u>382</u>

Movimentação das provisões para demandas judiciais consolidadas:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Saldos oriundos de combinação de negócio (vide nota 2.6)	1.965	31.205	32.732	65.902
Adição de provisão	-	3.075	419	3.494
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	1.965	34.280	33.151	69.396
Adição de provisão	426	1.259	1.322	3.007
Reversão de provisão	-	(5.189)	(3.462)	(8.651)
Pagamento (i)	-	(22)	(2.813)	(2.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.391	30.328	28.198	60.917

(i) Desfecho de processos oriundos de combinação de negócios com reembolso de ativo indenizatório.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem contingências de classe tributária, trabalhistas, cíveis, regulatórias ou ambientais, cuja expectativa de perda são classificadas como possíveis no montante de R\$89.998. Deste montante, foram inclusos no passivo assumido referente a combinação de negócios R\$59.366, gerando flutuação da correção monetária dessas contingências, as quais não são contabilizadas à luz do CPC 15 – Combinação de negócio após a aquisição. As contingências possíveis na Controladora, em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$5.244 (31 de dezembro de 2022 R\$0).

Composição das perdas possíveis, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias (i)	2.000	-	6.536	-
Cíveis, regulatórias e ambientais	553	-	64.437	-
Trabalhistas	2.691	-	19.025	-
Total	5.244	-	89.998	-

(i) Mandado de Segurança com o objetivo de excluir o valor do ISS da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS nas apurações. A Companhia aguarda remessa dos autos ao TRF3.

19. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS E CONVERSÍVEIS

As ações preferenciais resgatáveis e conversíveis em 31 de dezembro de 2023 é de R\$505.782 de principal reconhecido no passivo não circulante e R\$1.876 de juros reconhecido no passivo circulante (R\$505.782 de principal em 31 de dezembro de 2022) na controladora e consolidado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, incorreu-se em juros de R\$83.876, sendo pago o montante de R\$82.000 em 2023 e o restante está provisionado no passivo circulante.

Estas ações preferenciais emitidas têm as seguintes características:

- Prioridade no recebimento de Dividendos: As Ações Preferenciais garantirão aos seus titulares a prioridade no recebimento de dividendos fixos e cumulativos anuais, calculados com base na variação positiva do índice de Preços ao Consumidor — Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou índice de inflação que o substituir ("IPCA"), acrescido de um spread de 10% (dez por cento) ao ano, incidentes sobre o valor nominal das Ações Preferenciais, sem direito a participar das distribuições do lucro remanescente da Companhia ("Dividendos Prioritários").
- Prioridade no reembolso de capital: as Ações Preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, seja decorrente de amortização das ações ou da liquidação da Companhia, sobre as Ações Ordinárias e quaisquer outras ações ou títulos com direito a voto emitidos pela Companhia.
- Direito a Voto: As Ações Preferenciais terão direito a voto restrito.
- Resgate: As Ações Preferenciais poderão ser resgatadas, a critério exclusivo da Companhia, após 14 de novembro de 2031, por um preço por ação igual ao valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos.
- Conversão em Ações Ordinárias: As ações preferenciais serão conversíveis em Ações Ordinárias após 14 de novembro de 2032, a critério dos titulares das Ações Preferenciais, observada a relação de troca obtida pela divisão (i) do valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos (calculados na forma da alínea anterior); (ii) pelo valor justo de mercado por Ação Ordinária da Companhia (que, para fins de tal cálculo, será atribuído exclusivamente às Ações Ordinárias).
- Exclusão de Direito de Preferência: As Ações Preferenciais não terão direito de preferência para participar de aumentos de capital da Companhia decorrentes da capitalização de lucros ou reservas.
- As ações preferenciais resgatáveis não constituem dívida para fins de cálculo de "covenants" financeiros.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital Social subscrito

Em 14 de novembro de 2022 a Companhia teve seu controle societário alterado, o Fundo Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia passou a integrar o seu quadro societário.

Na mesma data os seguintes atos societários foram aprovados pela Companhia:

- i. Aumento do capital social em R\$1 (um real), mediante a emissão de 123.826.009 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$4,49322295 cada, totalizando um preço de emissão total pelas ações ordinárias de R\$556.378 destinados à conta de reserva de capital, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas nesta data.
- ii. Aumento de capital social da Companhia em R\$505.782, passando de R\$210.822 para R\$716.604, mediante a emissão de 11.239.603 ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$45,00 cada, totalizando o montante de R\$505.782, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas nesta data. Considerando a condição de resgate, as ações preferenciais foram classificadas como passivo financeiro (nota explicativa nº 19), sendo reclassificadas subsequentemente como capital social caso o detentor da ação utilize seu direito de conversão em ações ordinárias

As 69.259.983 ações de emissão da CLI anteriormente detidas pela Nova CLI no seu capital social foram atribuídas aos Fundos, na proporção de suas participações no capital social..

Em 17 de novembro de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado os seguintes atos:

- i. Criação de ações preferencias classe B, sem valor nominal, sem direito a voto, resgatáveis e com prioridade no reembolso de capital.
- ii. Conversão de 82.696.608 ações ordinárias em 82.696.608 ações preferencias classe B, à razão de 1 ação ordinária para cada 1 ação preferencial classe B, que foram atribuídas aos acionistas da seguinte forma:
 - a) 28.406.285 ações preferencias classe B ao acionista PE SOPP Fundo de Investimento em Participações II Multiestratégia Investimentos no Exterior.
 - b) 12.942.019 ações preferencias classe B ao acionista SOPP INFRA I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
 - c) 41.348.304 ações preferencias classe B ao acionista Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
- iii. Em seguida e na mesma data, foi aprovado o resgate e consequente cancelamento de todas as ações classe B mencionadas no item acima, retirando-as definitivamente de circulação, mediante a utilização de montante alocado à conta de Reserva de Capital da Companhia para pagamento aos acionistas no montante de R\$380.000.

Esse montante foi integralmente liquidado em 26 de dezembro de 2023.

Após as movimentações mencionada acima, demonstramos abaixo a posição acionária em 2023 e 2022.

	31/12/2023				31/12/2022			
	Quantidade de ações e respectivo percentual (em unidades)							
	ON	%	PN	%	ON	%	PN	%
PE SOPP Fundo de Investimentos em Participações II Multiestratégia no Exterior	56.655.179	34%	-	0%	85.061.464	34%	-	0%
SOPP INFRA I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	25.822.526	16%	-	0%	38.764.545	16%	-	0%
Fundo de Investimento Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	82.477.705	50%	11.239.603	100%	123.826.009	50%	11.239.603	100%
	<u>164.955.410</u>	<u>100%</u>	<u>11.239.603</u>	<u>100%</u>	<u>247.652.018</u>	<u>100%</u>	<u>11.239.603</u>	<u>100%</u>

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 está dividido em (a) 164.955.410 ações ordinárias sem valor nominal ('ON') e; (b) 11.239.603 ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$45,00 cada.

20.2. Reserva de Lucros

20.2.1. Reserva de retenção de lucros

Os lucros remanescentes após as destinações estatutárias (reserva legal, reserva de incentivos fiscais e dividendos) são apresentados nesta reserva, tais valores terão sua destinação deliberada em Assembleia Geral.

20.2.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

20.2.3. Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais em conformidade a Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, e deve ser reconstituída no primeiro lucro subsequente ou aumento de capital.

20.3. Pagamento de dividendos e redução de participação de minoritários por redução de capital em controladas

O Conselho de Administração da controlada indireta Elevações Portuárias S.A., em 20 de outubro de 2023, aprovou a distribuição de dividendos intercalares de R\$94.800 aos seus acionistas, tendo sido pago o montante de R\$18.959 a participação de não controladores.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Elevações Portuárias S.A. realizada 26 de outubro de 2023, foi deliberado a redução de capital social mediante a restituição de capital às suas acionistas no montante de R\$495.200, tendo sido restituído a minoritários o montante de R\$99.039 em 26 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração da controlada indireta, Elevações Portuárias S.A., em 21 de fevereiro de 2024, recomendou a distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício de 2023 no montante de R\$27.500, sendo sido atribuído a minoritários o montante de R\$5.500 a ser pago em 2024.

21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no período.

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(42.128)	(29.300)
Média ponderada de ações para fins de cálculo de lucro básico por ação (milhares)	238.756	137.952
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas – Ações preferenciais resgatáveis (milhares) (*)	11.240	1.282
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas – Plano de opções de ações (milhares) (*)	3.219	2.972
Resultado básico por ação – R\$	(0,1764)	(0,2124)
Resultado diluído por ação – R\$	(0,1664)	(0,2060)

(*) Efeito antidilutivo que não afeta a apuração.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações tais como planos de opção de ações como os divulgados na nota explicativa nº 6 e nº 19).

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Classificação por Categoria	Nível	Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022
			Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	327.421	327.421
Contas a receber	Custo amortizado	-	27.811	27.811
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	17.371	17.371
Outros créditos	Custo amortizado	-	5.014	5.014
Total			<u>377.617</u>	<u>377.617</u>
Passivos				
Debêntures	Custo amortizado	-	1.416.934	1.464.029
Fornecedores	Custo amortizado	-	21.336	21.336
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	192.956	192.956
Partes relacionadas	Valor justo contra o resultado	Nível 2	1.994	1.994
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	187.654	187.654
Ações preferenciais	Valor justo contra o resultado	Nível 2	507.658	507.658
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-	28.357	28.357
Total			<u>2.356.889</u>	<u>2.403.984</u>

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Para os títulos que os juros são pós-fixados (debêntures e caixa e equivalentes de caixa), o valor justo aproximam-se do custo amortizado. A Companhia não possui títulos com juros pré-fixados.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Abaixo é apresentado a natureza e extensão dos riscos:

22.1. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

22.2. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

22.3. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como o passivo junto ao poder concedente.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas das operações de dívidas referenciadas no CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para as obrigações baseadas no IPCA e IGP-M. Estimou-se valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os cenários II e III para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Controladora

Operação	Risco	Taxa	Valor contábil (Exposição)	Cenário Provável I	31/12/2023	
					Cenário Provável II	Cenário Provável III
Ativos financeiros:						
Aplicações financeiras	CDI	9,76%	66.548	6.495	8.119	9.743
Subtotal			66.548	6.495	8.119	9.743
Passivos financeiros:						
Passivo com arrendamentos	IPCA	3,60%	94.161	3.390	4.238	5.085
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	9,76%	421.016	41.091	51.364	61.637
Subtotal			515.177	44.481	55.602	66.722
Total, líquido			(448.629)	(37.986)	(47.483)	(56.979)

Consolidado

Operação	Risco	Taxa	Valor contábil (Exposição)	Cenário Provável I	31/12/2023	
					Cenário Provável II	Cenário Provável III
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	9,76%	303.490	29.621	37.026	44.432
Subtotal			303.490	29.621	37.026	44.432
Passivos financeiros						
Passivo com arrendamentos	IPCA	3,60%	192.956	6.946	8.683	10.419
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	3,60%	189.837	6.834	8.543	10.251
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	9,76%	1.227.097	119.765	149.706	179.648
Subtotal			1.609.890	133.545	166.932	200.318
Total, líquido			(1.306.400)	(103.924)	(129.906)	(155.886)

b) Risco de Liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Controladora

	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a Incorrer	Valor
						Contábil em 31/12/2023
Fornecedores	4.417	-	-	4.417	-	4.417
Debêntures	16.679	19.937	38.401	421.017	-	421.017
Passivo de arrendamento	13.487	27.784	139.912	181.183	87.022	94.161
Partes relacionadas	-	2.640	-	2.640	-	2.640
Outras contas a pagar	7.210	6.059	-	13.269	-	13.269
Passivos financeiros	41.793	56.420	524.313	622.526	87.022	535.504

Consolidado

	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a Incorrer	Valor Contábil em 31/12/2023
Fornecedores	21.336	-	-	21.336	-	21.336
Partes relacionadas	187.860	2.640	-	190.500	-	190.500
Passivo de arrendamento	31.570	31.914	339.517	403.001	210.045	192.956
Ações preferenciais resgatáveis	-	1.876	505.782	507.658	-	507.658
Debêntures	50.477	138.049	1.228.408	1.416.934	-	1.416.934
Outras contas a pagar	22.298	6.059	-	28.357	-	28.357
Passivos financeiros	<u>313.541</u>	<u>180.538</u>	<u>2.073.707</u>	<u>2.567.786</u>	<u>210.045</u>	<u>2.357.741</u>

c) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de conversão. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
<u>Ativo</u>		
Caixas e equivalentes de caixa	10.547	16.357
Clientes estrangeiros	517	11.245
Total	<u>11.064</u>	<u>27.602</u>

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora			
	4,8413	5,1232	6,0513	7,2615
	Exposição US\$mil	Cenário provável	Cenário I Depreciação o - 25%	Cenário I Depreciação o - 50%
<u>Ativos em dólar</u>				
Caixas e equivalentes de caixa	2.179	616	2.639	5.276
Clientes estrangeiros	107	31	130	260
	<u>2.286</u>	<u>647</u>	<u>2.769</u>	<u>5.536</u>
	Consolidado			
	4,8413	5,1232	6,0513	7,2615
	Exposição US\$mil	Cenário provável	Cenário I Depreciação o - 25%	Cenário I Depreciação o - 50%
<u>Ativos em dólar</u>				
Caixas e equivalentes de caixa	3.379	952	4.088	8.177
Clientes estrangeiros	2.323	655	2.810	5.621
	<u>5.701</u>	<u>1.607</u>	<u>6.898</u>	<u>13.798</u>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 31 de dezembro de 2023 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R\$5,1232/US\$1,00.

Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano de 25% (R\$6,0513/US\$1,00) e de 50% (R\$7,2615/US\$1,00), respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (CPC 40).

23. RECEITA OPERACIONAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				(reapresentado)
Mercado Interno	80.193	69.623	413.922	55.320
Mercado Externo	135.334	119.793	526.040	177.422
Total de receita bruta	<u>215.527</u>	<u>189.416</u>	<u>939.962</u>	<u>232.742</u>
Impostos sobre serviços prestados e vendas	(13.637)	(11.729)	(66.895)	(16.986)
Total de receita líquida	<u>201.890</u>	<u>177.687</u>	<u>873.067</u>	<u>215.756</u>

24. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				(reapresentado)
Matérias-primas e produtos	(2.793)	(965)	(19.449)	(965)
Despesa com pessoal	(17.327)	(17.126)	(133.801)	(17.126)
Serviços de terceiros	(29.874)	(24.422)	(81.884)	(29.393)
Despesas com elevação	(25.111)	(24.201)	(98.041)	(39.959)
Gastos com manutenção periódica	-	-	(15.578)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.108)	-
Reversão para riscos e depósitos judiciais	-	-	5.644	-
Venda ou baixa bens de imobilizado	-	-	(41.101)	-
Depreciação e amortização	(50.308)	(47.894)	(177.350)	(62.129)
Efeitos de atualização de saldo a pagar em combinação de negócios	-	-	(36.307)	-
Outras despesas	(3.933)	(2.540)	(13.254)	(12.751)
Total	<u>(129.346)</u>	<u>(117.148)</u>	<u>(612.229)</u>	<u>(162.323)</u>
Custos dos serviços prestados	(89.978)	(57.480)	(397.742)	(79.004)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(39.711)	(60.497)	(127.466)	(75.104)
Outras receitas (despesas) operacionais	343	829	(87.021)	(8.215)
Total	<u>(129.346)</u>	<u>(117.148)</u>	<u>(612.229)</u>	<u>(162.323)</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
<u>Receitas Financeiras</u>				
Receita sobre aplicação financeira	13.040	3.516	68.162	8.722
Outras receitas financeiras	2.415	-	7.311	-
Total das Receitas Financeiras	<u>15.455</u>	<u>3.516</u>	<u>75.473</u>	<u>8.722</u>
Juros sobre empréstimos obtidos	(68.086)	(59.615)	(201.617)	(76.495)
Juros apropriados de passivo de arrendamento	(10.824)	(10.336)	(25.286)	(10.336)
Encargos financeiros sobre ações preferenciais	(83.876)	-	(83.876)	-
Outras despesas financeiras	(5.881)	(15.674)	(11.154)	(17.564)
Total das Despesas Financeiras	<u>(168.667)</u>	<u>(85.625)</u>	<u>(321.933)</u>	<u>(104.395)</u>
Variação Cambial Líquida	(937)	10.931	(3.075)	10.931
Total Resultado Financeiro	<u>(154.149)</u>	<u>(71.178)</u>	<u>(249.535)</u>	<u>(84.742)</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções logísticas integradas para movimentação e elevação portuária, bem como operação gestão logística e de armazenamento de grãos, que são divididas em duas concessões público-privadas distintas, o Terminal de Grãos do Maranhão ("Consortio Tegram-Itaqui - TEGRAM") e a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos (EPSA).

As operações da Companhia estão separadas geograficamente, sendo seus resultados avaliados pela Diretoria Executiva da Companhia de forma distinta.

Com este cenário, a Companhia concluiu que as informações preparadas e analisadas individualmente pela Diretoria da Companhia, principal tomador de decisões operacionais de cada concessão - responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho das mesmas - considera a seguintes demonstrações Financeiras de seus dois segmentos operacionais:

- Operação Norte.
- Operação Sul.

O principal tomador de decisões de cada operação da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

A principal métrica de desempenho avaliado pela Companhia para gestão dos segmentos operacionais é o EBITDA. O EBITDA é definido como o lucro/(prejuízo) mais depreciação, amortização, resultado financeiro (líquido), variação cambial (líquida) impostos sobre o Lucro.

Nas tabelas a seguir há demonstração Financeira sumarizada relacionada aos segmentos das operações da Companhia para 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023						
	Reconciliação ao prejuízo líquido do período						
	Receita Líquida(*)	Custo dos serviços prestados(*)	EBITDA(*)	Depreciação/amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Lucro (Prejuízo)
Operação Norte	201.890	(89.978)	160.019	(50.308)	(154.149)	2.310	(42.128)
Operação Sul	671.177	(307.764)	315.336	(127.042)	(95.386)	(29.269)	63.639
Eliminação equivalência	-	-	(37.167)	-	-	-	(37.167)
Consolidado	<u>873.067</u>	<u>(397.742)</u>	<u>438.188</u>	<u>(177.350)</u>	<u>(249.535)</u>	<u>(26.959)</u>	<u>(15.656)</u>
	31/12/2022 (reapresentado)						
	Reconciliação ao prejuízo líquido do período						
	Receita Líquida(*)	Custo dos serviços prestados(*)	EBITDA(*)	Depreciação/amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Lucro (Prejuízo)
Operação Norte	177.687	(57.480)	94.306	(47.894)	(71.178)	(4.534)	(29.300)
Operação Sul	38.069	(21.524)	27.043	(20.022)	(13.564)	9.659	3.116
Eliminação equivalência patrimonial	-	-	14.127	-	-	-	14.127
Consolidado	<u>215.756</u>	<u>(79.004)</u>	<u>115.562</u>	<u>(62.129)</u>	<u>(84.742)</u>	<u>5.125</u>	<u>(26.184)</u>

(*) Informações revisadas pela Diretoria Executiva.

27. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Itens não caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reajuste contratual Arrendamento	(4.812)	8.579	10.643	-
Dividendos declarados pela EPSA e não pagos a não controladores	-	-	(5.500)	-
Dividendos declarados por controlada e não pagos	<u>21.182</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2024, a Companhia recebeu autuação das autoridades tributárias questionando o não pagamento de ISS em certas transações comerciais no montante antes de multa e juros de R\$14.853. Com base no assessor jurídico externo da Companhia, o risco de perda foi determinado como possível, sem assim, não foi constituído qualquer provisão relacionada a esse assunto.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 1º de março de 2024 e autorizadas para publicação na mesma data.